

26 JUN 1983

Tesouro neurótico

O presidente Sarney mostra-se bastante confiante nos próximos passos da política econômica, especialmente evido à reentrada brasileira nas negociações com o Japão, após o fechamento do acordo com o Clube de Pari- o qual possibilitará ao País dispor de uma parcela dos investimentos programados pelo Fundo Nakasone, algo em torno de US\$ 2 bilhões para áreas de infraestrutura. O problema maior é a retomada do ciclo inflacionário — vinte por cento no mês de junho —, que acelerará as missões de sondagem do setor econômico que se dirigem a Israel, para avaliar o que os judeus conseguiram fazer para controlar a hiperinflação.

O ministro Mailson da Nóbrega manda gente viajar para Israel e para o Japão, para analisar tais procedimentos. A Seplan também manda seus técnicos a Israel para sondar maneiras de controle orçamentário. E o déficit público que também sugere ser uma hidra imbatível, com novas cabeças renascendo a cada momento. O ministro da Fazenda sofre ainda inesperados problemas jurídicos e técnicos, como as imperfeições nos dois primeiros decretos baixados pelo presidente Sarney para conter o déficit público através de medidas na área dos servidores públicos. O decreto que estimula as demissões voluntárias está vazado em impropriedades — nada menos de 28 erros. O ministro Aluizio Alves, solicitado pelo seu colega Mailson da Nóbrega para rever os decretos, sob o ponto de vista de sua eficácia funcional, vem tentando superar obstáculos finais entre os técnicos de sua pasta

para pôr os decretos presidenciais em compatibilidade com a vida real.

De afogadilho, portanto, não se combate o déficit público. Induz-se o Presidente da República a falhas, levando o Governo a fragilizar seu conceito perante a própria clientela. Os mais de mil pedidos de demissões voluntárias terão que ser revistos, tornando letra morta a disposição presidencial.

De fato, já não vêm de agora os problemas da área econômica com procedimentos jurídicos. Ao tempo do ministro Dilson Funaro, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, inúmeras vezes teve de avocar processos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para instalar a verdade jurídica.

Por aí se vê que os encargos do Presidente da República, para sustentar a política de “feijão-com-arroz” do ministro Mailson da Nóbrega, vez por outra lhe causam alguma indigestão. O organismo da decisão econômica é poderoso demais, demasiadamente complexo para gerar resultados simples. Há três dias, esse polvo estatal gerou mais um filhote irresponsável: a Secretaria do Tesouro Nacional obrigou ao Banco do Brasil remeter-lhe, diariamente, o movimento de toda a arrecadação da receita e os disoêndios com restituições de imposto. O Serpro está obrigado a digitar uma fita eletrônica para entrega diária à Secretaria dos registros dessas operações. Custos altíssimos, Governo pobre, sociedade atrasada.